

2. ASSOCIAÇÕES DE JOVENS, ESTADO E POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE – DA HERANÇA A NOVOS DESAFIOS (1975-2004)

Adriano Biza

Introdução

O presente artigo é uma reflexão baseada em pesquisas exploratórias do autor sobre jovens no Moçambique pós-colonial. As suas referências empíricas resultam de pesquisas de terreno realizadas entre 2003 e 2004 em duas instituições-caso – as associações Aro Juvenil (ARO) e Positiva Juvenil (APOJ).

A Aro Juvenil foi uma das primeiras associações a surgir e a estar oficialmente registada depois de 1990 e, na altura, com maior representatividade em Moçambique.

A APOJ é uma associação de pequena dimensão em relação à ARO, tanto por causa dos recursos materiais como pela sua representatividade ao longo de todo o país no momento em que os dados foram recolhidos.

A análise pretende contribuir para a compreensão do fenómeno associativo juvenil, principalmente no que concerne à relação com o Estado. O tópico é pertinente não somente pelo facto de haver pouca produção académica sobre esta categoria social, mas sobretudo porque, desde que se iniciaram as mudanças socioeconómicas e políticas no país, é notório um apelo insistentemente direccionado aos jovens para conduzir essa mudança.

Durante a década 90, e como resultado das transformações sociopolíticas com que o país se confrontou, ocorreu uma explosão de associações juvenis. Embora constituam

uma realidade heterogénea, são notáveis alguns traços comuns: aparecem como redes de indivíduos e pequenos círculos sociais nascidos nas igrejas, escolas e bairros. A Associação Positiva Juvenil foi criada por um grupo de jovens cristãos de diferentes igrejas protestantes, sobretudo das igrejas Assembleia de Deus e Presbiteriana de Moçambique (Paróquia de Khovo), enquanto que a Aro Juvenil nasceu como um movimento cultural por iniciativa de jovens estudantes e amantes da literatura (Biza 2004). Mais tarde estas institucionalizam-se à procura de reconhecimento dos poderes públicos e dos organismos doadores que os queriam apoiar. A sua institucionalização segue quase o mesmo modelo – o encorajamento feito pelo Estado e ONGs estrangeiras com a intenção de apoio aos jovens. Este encorajamento passa por uma reivindicação para que aqueles se organizem e se associem.

É em volta destes grupos associativos que se pretende reflectir, sobretudo sobre a natureza da relação que mantêm com o Estado e com os actores do campo político no geral.

As associações de jovens constituem uma variedade de actores que agem na cena social e política do país, na qual também se encontra o Estado. Este pressuposto condiciona que a análise das associações de jovens implique a consideração das relações que estes agrupamentos mantêm com esta entidade.

Baseando-se em dados de conversas mantidas com membros destas duas associações, considera-se que a natureza das relações que o Estado estabelece com estas associações é uma espécie de herança histórica cuja natureza está ainda configurada pelas motivações e contornos políticos que caracterizaram o contexto imediato ao período pós-independência. Esta herança traduz-se pela influência e continuidade da cultura política do regime do partido único, mas hoje confrontada com novas motivações. Inseridos num novo contexto – de aparente liberalização política – os jovens experimentam novos dados contextuais e motivações e são dessa forma levados a (re)negociar a herança, ao mesmo tempo que garantem as condições de emergência de novos valores e dinâmicas de socialização política.

Estando num novo contexto e com outra grelha de entendimento sobre o real, os jovens constroem o seu olhar em relação à política, ao político e ao Estado nessa tensão entre a herança e a experimentação, daí resultando numa relação ambígua e ambivalente com o Estado que assume a conformidade, passa pela obediência (em certos casos estratégica) e dever de gratidão, e chega até à colaboração e assédio político (ou cooperação) das suas lideranças, tudo no contexto da necessidade de reprodução da lógica hegemónica das estruturas do Estado e do partido político mais influente.

O artigo focaliza-se na atitude dos poderes públicos e na natureza da acção das organizações associativas, sobretudo no plano dos discursos políticos e políticas conduzidas e que se pretendem destinadas aos jovens. Ele subdivide-se em duas partes: uma primeira, que explora e descreve o contexto do surgimento das associações em Moçambique, e uma outra onde se aborda a natureza da relação mantida entre as associações e o Estado. Nesta, o artigo apresenta a herança, o tipo de visão que o Estado construiu sobre os jovens no período do pós-independência; segue-se uma exposição sobre as reais motivações do Estado e uma análise do discurso estatal na actualidade para evidenciar os elementos de continuidade da cultura política anterior. Como forma de elucidar estas dinâmicas e práticas, toma-se igualmente como exemplo ilustrativo o Conselho Nacional da Juventude, que é uma arena de confrontações com vista ao controlo político.

O Contexto histórico do desenvolvimento do fenómeno associativo em Moçambique

Tal como descreveram diferentes autores (José & Monteiro 1995; Kulipossa 1997; Abrahamsson & Nilsson 1998), a génese e criação das associações em Moçambique constitui uma resposta às transformações do meio económico, social e político iniciadas no final dos anos 1980. As mudanças estruturais ocorridas no país, e sobretudo o contexto político e ideológico, moldaram a configuração do mundo associativo tal como se conhece na actualidade.

Privilegia-se uma periodização delimitada em dois períodos que, por seu turno, dão uma configuração e carácter particulares ao fenómeno associativo em Moçambique. É nesta periodização excluído o período de antes da independência, onde o associativismo emerge ligado a motivações e vocação de natureza cultural e simultaneamente é expressão da reivindicação de autonomia da colónia perante a metrópole, e mais tarde de reivindicação nacionalista. Neste período, as poucas referências de associações juvenis mostram que estas estavam viradas para a promoção da cultura africana nos jovens intelectuais de então e que a maior parte destas eram resultado de conflitos de geração no seio da elite africana. Uma característica preponderante deste associativismo é que as organizações eram formadas por jovens assimilados (Rocha 2002; Sopa 2003).

O primeiro período refere-se ao Moçambique pós-colonial no qual, devido ao novo contexto político e ideológico que emerge – centralização política em volta de um par-

tido –, regista-se a supressão do movimento associativo. As associações anteriormente existentes desaparecem e, no seu lugar, são criadas outras organizações que se tornam a base e instrumento de mobilização política e ideológica do novo sistema político. O último período, da nova explosão do associativismo, está, por um lado, ligado ao contexto da democratização e abertura do sistema político que conduz ao desengajamento do Estado do domínio económico e social e, por outro lado, ao emergir de novas concepções sobre o desenvolvimento que mais privilegiam actores não estatais.

O desafio revolucionário e a emergência das organizações de massas

No Moçambique pós-colonial, o desenvolvimento e perfil do movimento associativo são marcados pela linha política e ideológica da Frelimo. A maioria das associações que surgiram durante o período colonial foi reprimida pelo novo sistema político adoptado, para quem o advento da independência tinha deslegitimado os seus objectivos. As associações que quiseram continuar confinaram-se em actividades culturais e recreativas, impelidas a mudar de denominação num esforço de reafirmação identitária e ruptura com o período colonial.

Oficialmente, para a Frelimo e o seu governo saídos da independência, a limitação e abafamento do movimento associativo que já existia fazia parte do seu ataque ao Estado colonial e seus vestígios. Era imperativo do momento fazer desaparecer o Estado colonial e as suas instituições. Esta “limpeza” incluía o movimento associativo que, a seu ver, representava ainda as ligações entre o Estado colonial e o povo moçambicano, pese embora o facto de algumas destas associações terem proporcionado e servido de espaço político e social para o crescimento da consciência anti-colonial (Rocha 2002; Sopa 2003).

Como partido único, a Frelimo tinha-se proposto como principal missão construir o Estado nação, conceber uma nova sociedade e um modelo de desenvolvimento do país em que o Estado era o agente principal, assim como integrar os diferentes grupos sociais no seu projecto político. O novo regime político adoptado começa a desempenhar um papel hegemónico em todas as esferas da vida: centraliza a actividade política e económica e coloca-se como único interveniente em todas as esferas da vida social, limitando a margem de iniciativa e de liberdade individual, considerada, desde então, conquistada.

Com a independência a Frelimo procura substituir o Estado colonizador enquanto procura ainda um espaço político e territorial unificado. Ela herda uma sociedade em

rápida transição e não possui instrumentos e meios de acção política que lhe permitam controlar esta mutação e concretizar o seu projecto político. Foi desta situação que houve a necessidade de instituições tidas e vistas como instâncias pelas quais a unificação do país e a mobilização política e ideológica poderiam ser operacionalizadas. E desta necessidade se criaram as “Organizações Democráticas de Massas” (ODM) cujo objectivo era mobilizar a população e servirem de intermediárias entre esta e o partido.

As recomendações e decisões para criar organizações democráticas das massas foram tomadas na 8ª sessão do Comité Central da Frelimo realizada em Maputo, de 11 a 27 Fevereiro de 1976. Assim, com vista a imprimir uma nova dinâmica às suas estruturas, o Comité Central recomendou a criação do Departamento da Mobilização e Organização, que tinha por tarefa mobilizar os militantes e o povo, assim como enquadrá-los nas estruturas do partido e de organizações de massas tais como: a organização das mulheres, organização dos trabalhadores, a organização dos continuadores, a organização dos jovens, a organização dos escritores e artistas, a organização dos jornalistas, e de outras categorias que podiam ser criadas mais tarde (Frelimo 1976). Estas organizações eram de capital importância para o projecto político e ideológico, como se pode constatar:

As organizações democráticas de massa constituem a ligação entre o partido e o povo. Nelas a Frelimo encontra uma fonte inesgotável de energia revolucionária... são a grande escola onde se desenvolve a consciência de milhões e milhões de trabalhadores, homens e mulheres, velhos e continuadores... são a base do recrutamento e o centro de formação e de aperfeiçoamento dos militantes do partido... Elas permitem à Frelimo conhecer e sentir, a todo o momento, os problemas, as necessidades, as opiniões, as críticas e as sugestões dos diferentes sectores da população. (Frelimo 1976: 57-68)

As primeiras estruturas da juventude ao nível da base emergiram em Novembro de 1975. Por todo o país, sobretudo depois da 7ª sessão do CC da Frelimo realizada em Junho de 1975, aumentam as acções para a criação de uma organização da juventude. Esta organização veio a nascer em 1976 no quadro da realização da primeira Conferência Nacional da Organização da Juventude Moçambicana (OJM) (OJM 1977: 10).

Segundo o projecto dos estatutos, a OJM foi concebida como “uma organização democrática de massas para todos os jovens patriotas do país”. A organização é “guiada

na sua acção pela linha política da Frelimo” e tem como “objectivo central a educação patriótica e socialista dos jovens e dos continuadores, ganhando-os para o seu objectivo político e ideológico” (OJM 1977: 10).

Assim, todos os jovens com idades compreendidas entre os 14 e 30 anos, sem distinção de raça, sexo, grupo étnico, nível de escolaridade, origem e posição social, estado civil e religião são considerados parte dela. A sua admissão é individual mas sujeita a aceitação. Como deveres principais, os membros devem conhecer e aplicar o programa da OJM, participar nas reuniões e tarefas promovidas pela organização de base, e explicar aos outros jovens a política do país assim como mobilizá-los para aplicar as orientações definidas pelo partido e Estado.

Neste quadro, as organizações de jovens eram consideradas a fonte dos futuros quadros do partido e do Estado. Elas constituíam um viveiro, uma espécie de espaço de experimentação política, a reserva e fonte principal dos militantes do futuro.

Nessa altura, não havia nenhuma margem de iniciativa e muito menos de liberdade dos jovens e outros grupos sociais se associarem para além destas organizações de massas. A liberdade considerava-se conquistada e as estruturas de participação criadas. Era necessário apenas que as pessoas se filiassem nestas organizações de acordo com a sua categoria social e profissional. Estar fora destas estruturas era expressão de falta de enquadramento, indisciplina, desorganização e liberalismo, valores que era preciso combater.

Como realçaram certos autores (Mbembe 1985), o enquadramento das populações visava também assegurar a conformidade e diluir as diferenças. A expressão da diferença e do desacordo eram proibidos, podendo ser considerados um desvio à norma e, por consequência, condenados e sujeitos a repreensão. Os partidos únicos no poder supunham ter resolvido o problema da contradição, já que eles próprios consideravam-se a expressão de várias sensibilidades. A própria noção de massa que designava estas estruturas em Moçambique e a prática adoptada sugeriam implicitamente que a motivação e desafio principal era a homogeneização e a garantia do conformismo e não a participação na diversidade. A diversidade era um perigo para a construção da nação una e homogénea, sem tribos ou etnias, apenas com moçambicanos.

É de realçar que a atitude a tomar diante da diversidade era de capital importância para o projecto político da Frelimo: se o Estado e/ou o partido reconhecessem a diversidade, significaria que estes aceitariam implicitamente que os actores sociais eram portadores de desejos, vontades e projectos diferentes, reconhecer que estes tinham um potencial de contradição e oposição e que poderiam opor-se aos seus projectos. Ora,

o Estado e partido sempre lutaram contra qualquer forma de estrutura intermédia entre si e o Povo e que pudesse fragmentar a sociedade e até mesmo erguer-se contra si. Estes negavam a contradição, a diversidade e a pluralidade. A Frelimo não queria o pluralismo social nem político por recear a concorrência e oposição, fazendo suprimir toda a acção colectiva que estava fora do seu controlo. Foi necessário que este projecto político caísse na falência, como dizem Abrahamsson e Nilsson (1998), para que uma aparente liberalização política desse início nos anos 90 e, paralelamente, se iniciasse uma explosão de organizações associativas.

A liberalização política e a explosão do fenómeno associativo

O desenvolvimento do fenómeno associativo com a configuração que se conhece hoje iniciou-se nos finais dos anos 1980 e princípios de 1990. O fim oficial do partido-Estado, o vazio criado pelo desengajamento gradual do Estado no domínio social foi cada vez mais preenchido por associações e outro tipo de organizações não-governamentais. Além disso, há também que considerar o efeito resultante da evolução das concepções liberais sobre o desenvolvimento que passaram a privilegiar actores não-estatais, situação que obrigou o Estado e o sistema político a reconhecer a pluralidade dos actores sociais.

As mudanças mais significativas situam-se no contexto dos problemas económicos, sociais e políticos que o país viveu a partir dos finais da década 70. A recessão económica depois de 1981, a propagação e intensificação da guerra civil iniciada depois da independência, o fosso cada vez maior entre a visão por detrás do projecto político e a realidade, obrigaram o poder a uma reorientação política e económica urgente (Abrahamsson & Nilsson 1998: 65). A solução tomada foi a entrada para o sistema das instituições de Bretton Woods em 1984, condicionada por uma liberalização económica essencialmente baseada na orientação da economia para o mercado.

Em simultâneo com a liberalização económica, assistiu-se à liberalização política que se traduziu pela abertura do sistema político em 1990. Esta dupla abertura veio modificar o jogo político e a configuração sociopolítica do país. Ao consagrar o desengajamento do Estado, esta abertura não só suprime o monopólio político da Frelimo como encoraja a liberdade e iniciativa de actores individuais e colectivos. Com ela abrem-se novos espaços de participação e de exercício do poder.

Como foi referido, as concepções liberais sobre o desenvolvimento tenderam a afastar e pretenderam contornar o Estado, procurando promover outro tipo de actores,

sob a divisa de cooperação descentralizada (Faure 1998; Houtart 1998; Leclerc-Olive 1998; Otayek 2002). Por esta via, a comunidade internacional forneceu parcialmente a Moçambique os recursos (informação, dinheiro e capacidades) necessários para que a sociedade civil pudesse criar organizações e grupos que se supunha poderem responder às necessidades da população.

Com a comunidade internacional, o movimento associativo beneficiou de preconceitos favoráveis. O espaço associativo tendeu a autonomizar-se e a construir-se simbolicamente à volta da noção de sociedade civil e sobretudo no papel que a esta é dado a desempenhar no quadro da democracia e desenvolvimento do país. As associações foram colocadas no centro do dispositivo que alia democracia local, desenvolvimento participativo, engajamento cívico do indivíduo, valorização das formas descentralizadas e visão pluralista da participação cuja base é a sua dimensão crítica com relação às instituições do Estado e ao sistema político (Kulipossa 1997; Leclerc-Olive 1998; Haubert 2000). As associações começam então a intervir em muitos domínios: ajuda e integração dos refugiados, educação, agricultura (divulgação da lei de terras), saúde (promoção de campanhas de combate ao HIV/SIDA, planeamento familiar), promoção e defesa dos direitos humanos, entre outros.

As associações não só são concebidas como o motor da consolidação da democracia participativa, já que se inscrevem num espaço público caracterizado pela pluralidade de opiniões e conflitualidades de interesses, mas elas são também apresentadas como alternativa à política e ao Estado. Elas são supostas reduzir e resolver a crise da relação entre o Estado e o indivíduo e sobretudo vêem-se investidas de uma missão de correcção dos disfuncionamentos do próprio Estado e da crise económica e social (Bayart, Mbembe & Toulabor 1992; Mamdani & Wamba-Dia-Wamba 1997; Chabal & Dalloz 1999; Otayek 2002).

O tecido associativo que emerge nos anos 90 é marcado por uma extrema heterogeneidade evidenciada por vários autores (José & Monteiro 1995; Kulipossa 1997; Adam & Coimbra 1997; Sogge 1997; Monteiro, Baia & Tajú 1999). Assiste-se ao desenvolvimento de grupos associativos que, por um lado, se focalizam na satisfação das necessidades dos seus membros e, por outro, visam satisfazer a sua vontade de influência social. É neste contexto diverso que surge a maior parte das associações juvenis, concebidas ou como prestadoras de serviços aos grupos sociais desfavorecidos, ou como grupos de pressão e de interpelação perante a sociedade e poderes públicos sobre os problemas que tocam a juventude.

O processo da génese do movimento associativo juvenil é também diversificado. A maioria delas surgiu como grupos culturais e recreativos e mais tarde se tornam organizações desenvolvimentistas no sentido em que postulam ideias de transformação do meio socioeconómico em que estão envolvidas, agindo no interface entre os doadores e o público alvo das suas intervenções, em áreas temáticas hegemónicas nas agendas e mercado da ajuda ao desenvolvimento. Contudo, estas trajectórias colectivas na génese das associações de jovens contestam parcialmente as teses que sugerem que a génese de associações em Moçambique é simultaneamente expressão e consequência de uma sociedade civil emergente.

Uma relação ambígua e ambivalente com o Estado

As associações de jovens são uma variedade entre outros actores na cena social e política do país, sobretudo no campo das intervenções para o desenvolvimento. A análise da natureza das relações externas mostrou-se importante porque ela marca profundamente a configuração da natureza deste tecido associativo e sobretudo o papel que estes agrupamentos desempenham na sociedade. De entre vários actores, deu-se prioridade à natureza das relações mantidas com o Estado pois, como nos ensina Bayart (1989), em contextos da África Subsahariana, este é o lugar privilegiado da produção e da manifestação do fenómeno político, tornando-se, nesse sentido, incontornável.

A natureza das relações que o Estado estabelece com os agrupamentos associativos de jovens é uma espécie de herança histórica, relação ainda configurada pelas dinâmicas e motivações políticas do contexto de partido único. Todavia, a permanência do papel da herança não significa a ausência de transformações. Porque o pluralismo e a divergência de opiniões não são radicalmente mais conflituais, e porque os jovens de hoje não partilham o mesmo sistema de valores, a mesma visão do mundo e sobretudo a mesma grelha de entendimento sobre o político, esta relação é objecto de mudanças significativas.

Inseridos num novo contexto de aparente liberalização política, os jovens são doravante confrontados a experimentar novos dados, desafios e motivações. A cada momento eles (re)negociam a herança ao mesmo tempo que garantem as condições de emergência de novos valores e novas modalidades de se relacionar com o Estado e com o político¹⁴. É através de uma tal tensão entre a herança e a experimentação que a juventude constrói o seu olhar em relação à política e ao Estado; um olhar ambivalente

que oscila da conformidade, obediência e dever de gratidão ou de colaboração e assédio, assim como da necessidade de reprodução da lógica do domínio das estruturas associativas pelo Estado e partidos políticos mais influentes.

A reflexão analisa o plano político, o mais heurístico para revelar a natureza destas relações. Neste plano, a atitude do Estado em relação às associações é complexa e com características do sistema político precedente. Esta relação traduz-se por uma influência e continuidade da cultura política do regime do partido único – onde a juventude era vista como viveiro e seiva na nação – mas que hoje se confronta com novas situações e motivações da parte dos actores envolvidos. É nesta continuação, ao mesmo tempo ruptura e novas experimentações, que se situa a natureza das relações entre o Estado e as associações juvenis. É nesta tensão permanente entre o passado e o presente que o Estado e os jovens constroem a sua relação, às vezes ambivalente e contraditória e que oscila entre a conformidade estratégica e a obediência e dever de gratidão por parte dos jovens em relação à Frelimo. Esta relação passa igualmente pelo assédio político e pela reprodução de práticas de tutela, controlo e vigilância política por parte do Estado e poderes públicos e chega mesmo a situações de colaboração política momentâneas, principalmente com alguns jovens organizados em associações.

A herança:

uma juventude mobilizada para servir de viveiro e instrumento político

Logo após a proclamação da independência do país a 25 de Junho de 1975, a juventude torna-se numa das principais categorias sociais que atrai a atenção das acções e discursos do novo governo. A 15 de Dezembro do mesmo ano, o presidente da Frelimo e da nova República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel, reúne-se com mais de mil jovens de todo o país e anuncia a criação de um Secretariado Nacional da Juventude, sendo uma das tarefas imediatas a dinamização do processo da criação da Organização da Juventude Moçambicana.

A questão da juventude já tinha sido tema de discussão especial alguns dias antes da proclamação da independência, durante a 7ª sessão do CC da Frelimo realizada em Tofo, Inhambane; uma sessão convocada para traçar a nova estratégia de gestão do país assim como a definição dos problemas e das prioridades da nova nação. Ao proceder à análise da situação da juventude moçambicana, e constatada a ausência de uma ins-

tituição responsável por estes, o CC decidiu pela criação da OJM como a forma mais correcta de engajar e/ou envolver todos os jovens nas mudanças em curso. A criação de um Ministério da Juventude, num futuro próximo, foi também abordada nessa sessão (Reis & Armando, 1975).

No ano seguinte à independência, precisamente entre 11 e 27 de Fevereiro de 1976, Maputo acolhe a oitava sessão do órgão partidário e político e a questão da juventude volta à tona. Pode-se perguntar: porquê tanta preocupação com a juventude? A resposta a esta pergunta implica a análise do discurso desenvolvido pelo partido e pelo Estado a seu respeito para melhor captar a percepção, as motivações e as finalidades que ele visava obter. E, a este respeito, chama-se à atenção que os textos em que se baseou esta análise não são representativos do conjunto da documentação produzida sobre o assunto neste contexto.

A juventude foi publicamente e explicitamente mobilizada para desempenhar um duplo papel: ela é, ao mesmo tempo, reserva e instrumento político.

No primeiro caso, a juventude é vista como uma fonte inesgotável de quadros necessários para alimentar o partido com forças novas. As formulações discursivas dos dirigentes são reveladoras deste objectivo: “... a juventude constitui a estufa, o viveiro de onde sairão os quadros de todo o tipo, necessários para a edificação da sociedade socialista avançada” (Machel 1980: 11). Mesmo a famosa equação e metáfora, formulada em Tofo – a juventude é a seiva da nação – vai ao encontro desse sentido: como reserva, os jovens devem alimentar o sistema político e administrativo, eles esperam a sua vez para assumir as responsabilidades históricas e, neste sentido, o partido recorre a eles quando é preciso e se necessário.

No segundo caso, o da juventude como instrumento político, a sua tarefa não é diferente do papel atribuído e a desempenhar pelas novas organizações democráticas de massas. Importa lembrar que a nova sociedade resultante da independência foi herdada e era dirigida por um Estado que não tinha instrumentos nem meios de acção política para concretizar o seu projecto político. Assim, este criou instituições vistas como instâncias apropriadas, através das quais a mobilização política e ideológica devia ser conduzida. A instrumentalização política da juventude era, neste contexto, condição sine qua non para o sucesso do projecto de construção do Estado-Nação.

Como instrumento político, quer dizer, sob a direcção e orientação ideológica do partido Frelimo, aos jovens estava circunscrita a mobilização e enquadramento do resto da população para a aplicação correcta do programa da Frelimo. No domínio político, a juventude, através da OJM, é suposta promover e organizar a educação política e

ideológica dos próprios jovens e do povo moçambicano. Ela junta, mobiliza e organiza jovens para que eles participem activamente na consolidação do poder popular democrático e no processo da edificação das bases políticas, ideológicas, técnicas e materiais da sociedade socialista (OJM, 1977).

Até agora está-se perante motivações e finalidades explícitas a partir de um discurso ao mesmo tempo verbalizado e documentado. Tomado desta forma, ele não informa sobre objectivos e finalidades implícitas. Autores como Achille Mbembe vêem nestes discursos uma verdadeira obra de engenharia política cuja finalidade é assegurar uma subordinação política das populações (aqui designadas por “massas”), através de uma forte dose de coerção simbólica e sobretudo discursiva. Para Mbembe (1985: 13), a preocupação constante e a atenção dos poderes políticos para com a juventude, e sobretudo o seu enquadramento institucional e organizacional, constituem mecanismos de garantia da sua conformidade e submissão. Vistas nesta grelha, as constantes referências dos jovens como “o futuro”, “seiva” e “esperanças do amanhã” são e foram uma forma de minimizar e passar sob silêncio o papel que eles podem e poderiam desempenhar no presente.

As reais intenções do partido-Estado: obediência, reconhecimento e silêncio

A leitura desta subordinação política e das relações de autoridade e de poder subjacentes é feita por Mbembe usando uma grelha analítica em analogia ao sistema de parentesco. Para o autor, nestas tentativas de assegurar a obediência, o Estado apresenta-se como pai, governante, o mais velho e ancião, enquanto que os jovens, assim como o povo em geral, são vistos como os mais novos. Pela força da ideologia da gerontocracia e senioridade, os mais novos devem submissão aos mais velhos e obedecer é sinal de competência que até pode ser recompensada (Mbembe 1985).

A prática e a metáfora do parentesco usada por Mbembe para ler este cenário ensina-nos que raramente um filho ou um mais novo se rebelava contra o pai ou mais velho sem que este seja repreendido. Da mesma forma, era impossível, aliás, impensável, contestar a autoridade do partido-Estado. E, numa lógica de viveiro e de estufa em que se estava, a recompensa poderia significar ser chamado a integrar a estrutura dos quadros, tanto no partido como na função pública. Será válido supor-se que alguns dos jovens que chegaram a assumir o seu “papel histórico”, sobretudo na qualidade de “quadro”, tiveram esta oportunidade porque souberam manifestar a sua conformidade,

obediência e sobretudo o silêncio? Ora, esta resposta impõe uma análise das trajectórias individuais destes, o que não constitui objecto da nossa análise.

A consequência lógica deste discurso paternalista do Estado sobre os jovens foi a exigência do “dever de gratidão” pelos esforços que foram empreendidos para com eles. Tais esforços encontravam legitimidade num discurso com uma linguagem que exaltava os sacrifícios consentidos pela geração dos governantes no processo de luta de libertação até à independência, como se pode depreender:

Entre os primeiros patriotas que prepararam a luta, encontram-se jovens; entre os primeiros combatentes que fizeram o primeiro combate, que dispararam o primeiro tiro, abrindo uma página gloriosa da nossa história, (...) encontram-se jovens... (OJM 1977: 4).

Por esta via, a geração dos “jovens libertadores” foi impondo e assegurando a sua legitimidade e, acima de tudo, a obediência das novas gerações. Este reconhecimento e obediência eram muito importantes pois, apesar de os discursos elogiarem e lisonjarem os jovens, estes eram considerados um perigo potencial que era preciso controlar, circunscrever e dominar desde cedo (Mbembe 1980). Como eles são considerados imaturos e ingénuos, eles são facilmente manipuláveis por aquilo que vem de fora/exterior e podiam servir interesses de desestabilização da nova nação. Na verdade, o discurso do partido-Estado em relação aos jovens era também bastante ambíguo e contraditório: ora exortava, elogiava e mobilizava; ora ameaçava severamente. Mas esta ambiguidade e contradição não só produziam efeitos como, sobretudo, não eram inocentes da parte dos que as verbalizavam. No fim de contas, era a conformidade e a obediência que se pretendia.

Esta visão, que está por detrás da natureza das relações entre o Estado e os jovens, não vai desaparecer completamente no novo contexto em que o partido não é mais, pelo menos oficialmente, assimilado ao Estado. No novo contexto, os vestígios do legado são visíveis: o partido-Estado tem dificuldade em livrar-se da sua desconfiança em relação às associações. Entre eles as relações sempre foram contraditórias, hesitando entre a liberdade e o controlo, mas tendendo para este último. Mesmo a actual sensibilização e interpelação estatal aos jovens para que se associem sob o pretexto de um melhor enquadramento nas políticas estatais pode ocultar a necessidade de aglomerar para melhor controlar, instrumentalizar e até manipular como ocorria antes.

O legado: o enquadramento dos jovens e o adiamento do seu papel

O passado pesa ainda sobre a natureza das relações que o Estado cria com os jovens e os seus agrupamentos associativos. São notáveis marcos e referências do sistema político do partido único. A herança está bem patente ao nível do discurso estatal sobre os jovens. Este discurso encontra-se em dispositivos que orientam a política do Estado e a acção do governo, sobretudo a política nacional da juventude e os planos quinquenais do Governo.

Estes dispositivos que orientam a acção do governo e do Estado moçambicano exaltam ainda a necessidade do enquadramento da juventude (ainda vista de maneira homogénea) e fazem desta categoria social ainda a “ponta de lança” dos novos desafios. Se ontem o desafio era a revolução e a edificação da sociedade socialista, hoje o desafio e a palavra de ordem são o “desenvolvimento” e o combate à pobreza. Trata-se do mesmo discurso, mas carregado de novos ornamentos semânticos e de novas justificações.

A juventude continua sendo a categoria social que atrai mais a atenção dos poderes públicos e políticos. As desculpas não mudam: “a juventude constitui a maioria da população moçambicana...”; o passado heróico e libertador dos jovens é ainda revisitado e perenizado: “ontem, eles foram os protagonistas do processo de libertação e da defesa da pátria, eles devem sê-lo hoje assim como sê-lo-ão amanhã no processo das transformações políticas, económicas e sociais do país” (Governo de Moçambique 1994). Segundo o programa quinquenal para 2000-2004 (Governo de Moçambique 1999), trata-se agora de “adoptar mecanismos legais e institucionais com vista ao enquadramento da juventude”. O enquadramento não se faz mais através de um só organismo e instituição destinado a todos os jovens. A heterogeneidade desta categoria social é aparentemente aceite.

Porque o tempo é dos pluralismos e das liberdades, o enquadramento faz-se através da interpelação e sensibilização para que os jovens se associem. Trata-se agora de “encorajamento” e de “fortificação” da vida associativa dos jovens; uma acção que se mostra como “a pedra angular para a gestão e tratamento da problemática da juventude por parte do governo” (Governo de Moçambique 1999). O que se depreende, de acordo com os discursos das lideranças das associações, é que, ainda na actualidade, o Estado dá-se ainda a legitimidade de intervir nas iniciativas da organização autónoma dos jovens, uma estratégia que visa colocá-los sob supervisão e controlo.

Sob a fórmula “...os jovens constituem o futuro do país...”, o Estado continua a adiar para um futuro hipotético o engajamento e a participação concreta dos jovens

em volta das questões que os inquietam. Estes são dissuadidos a tomar consciência de que o tempo presente não lhes pertence, o seu real envolvimento é adiado para o futuro. O presente é para formação, iniciação e aprendizagem, só podem ser responsáveis amanhã; um paradoxo que não é ingénua e sem intenção: está-se perante a reprodução da lógica da juventude como estufa e viveiro. Por enquanto, a tarefa do Estado é só de “assegurar todas as condições necessárias para a sua formação vocacional, ética, moral e cívica” (cf. programas quinquenais do Governo para 1994-1999 e 2000-2004), e não para assumir responsabilidades políticas e administrativas. Paradoxalmente, o Estado paterno de ontem, que se pretendia capaz de tudo dar, na condição de que a submissão a ele fosse aceite, hoje desengaja-se e confina-se ao papel de “facilitador”, mas ele quer ainda e a todo o custo ser o todo poderoso, respeitado e obedecido por todos.

Novos desafios e motivações: entre a vigilância e a apropriação

A permanência do papel da herança não significa a ausência de transformações. O controlo não se faz mais por repressão discursiva e críticas, como acontecia antes. Se na actualidade há liberdade de associação juridicamente reconhecida, o controlo do Estado passa por uma vigilância das actividades e do funcionamento interno das associações a partir de mecanismos técnico-jurídicos e administrativos. Está-se assim perante um novo dado da cultura política que ultrapassa o simples enquadramento político que visa a instrumentalização conhecida no período do partido único. Trata-se de vigilância que efectivamente se traduz numa pretensa forma de tutela política que se exerce pelo recurso a mecanismos administrativos.

Esta vontade do Estado de manter uma tutela política em relação aos jovens associados é, para alguns autores (Touraine 1994), a expressão de um processo de democratização inacabado, sobretudo a aparente abertura do sistema político e a consolidação da sua autonomia. O Estado não se distingue realmente do sistema político, ele é ainda o lugar da produção da política, na expressão de Bayart (1989), como era na época em que um e outro eram explicitamente a mesma realidade e não se autorizava a emergência de actores senão no quadro de estruturas do partido único.

Como elucida Touraine no seu modelo ideal de democracia, o sistema político, ao abrir-se de maneira tímida, não chega a desempenhar o seu papel de mediador entre o Estado e os actores associativos da sociedade civil. Estes últimos não têm a autonomia adquirida na medida em que as suas solicitações e projectos são imediata-

mente tratados na esfera estatal. É então esta ausência de intermediário e de mediador autónomo entre o Estado e os actores associativos e, conseqüentemente, o seu imediato contacto face-a-face, que suscita esta vontade de vigilância do Estado para com as associações (Touraine 1994; Delhoume 2002).

De acordo com discursos de líderes juvenis, a vigilância às associações faz-se em dois níveis: primeiro, ao nível central, perante os próprios órgãos e instituições ministeriais, e ao nível local, onde as associações intervêm implementando as suas acções, perante as autoridades locais. No primeiro caso, o dispositivo normativo que regula a liberdade de associação estipula que as actas e todas as informações sobre mudanças de estatuto, órgãos sociais e objectivos das associações devem ser imediatamente enviados ao Ministério da Justiça, o organismo que tutela estas liberdades. No segundo caso, o Estado é mantido ao corrente das actividades das associações através de relatórios sucessivos de actividades que estas associações enviam às autoridades políticas e administrativas ao nível da aldeia, da localidade ou do distrito que, por seu turno, são enviados ao nível provincial e, sucessivamente, ao nível central.

Estas medidas têm conseqüências de carácter político, sobretudo na utilização que o Estado faz destes dispositivos. O nível local é o mais heurístico e revelador das dinâmicas. O Estado serve-se destes mecanismos para tirar vantagens políticas. Segundo os próprios jovens, por causa destes dispositivos normativos, é impossível e mesmo “impensável contornar o Estado” e os seus representantes ao nível local. Para aqueles, “...não se faz nada sem o conhecimento do Estado, senão haverá impasses...”¹⁵; por conseqüência, é preciso apresentar-se e consultar as autoridades locais.

O Estado, através destas autoridades, desempenha um papel de mediador entre as associações e as populações-alvo das suas intervenções e que estão no seu território de jurisdição política e administrativa. O processo de salvaguarda e conservação das vantagens políticas começa por aí: as associações de jovens, para terem acesso ao meio onde operam, precisam de ser reconhecidas e facilitadas por estas autoridades. Através do controlo de informações e de capitais diversos, as autoridades adoptam estratégias para manter a sua legitimidade e perenizar o carácter “incontornável” e indispensável do seu papel. Não só se tornam indispensáveis para o simples acesso ao local de intervenção, mas também para o bom desenrolar das actividades e operações de desenvolvimento que são implementadas por estas associações.

Se cada um destes dois conjuntos de actores, associações e Estado, através das autoridades locais, precisa do outro para prosseguir os seus objectivos, pode pensar-se

mesmo que, ocasionalmente, a natureza das suas relações não é concorrencial mas de complementaridade, que pode desembocar, por vezes, em verdadeiras estratégias de aliança e de “casamentos de razão”, como nos diz Blundo (2000). Como consequência, ocorre um entendimento e deste uma relação de cumplicidade entre o Estado e as associações juvenis. Neste sentido, a natureza desta relação ultrapassa a da situação anterior na qual se colocava o Estado como “instrumentalista” e os jovens como “instrumentos”. Agora, é o contexto que “instrumentaliza” os dois porque leva uns a adoptar acções estratégicas para com outros.

Discursos dos dirigentes de associações revelam, ao mesmo tempo, situações paradoxais e uma diversidade de motivações subjacentes à natureza da relação que o Estado mantém com as associações. Se, por um lado, a necessidade mútua pode fazer emergir uma espécie de aliança entre as duas categorias de actores, por outro lado, os jovens revelam a existência de uma lógica de “apropriação” das actividades dos jovens a favor da acção governativa.

Os jovens são desapossados do impacto positivo das suas actividades a favor da acção governativa do Estado. Segundo os jovens associados entrevistados, “é normal” e “natural” que o governo recupere para seu benefício as actividades empreendidas pelos seus agrupamentos. Inspirando-se na retórica de uma suposta “necessária” e “indispensável” complementaridade e colaboração do Estado e das organizações da “sociedade civil”, o governo tem sempre a tendência de se atribuir os méritos e a paternidade das iniciativas elaboradas muito longe de si, e inscreve-os com autoridade e valor como participantes dos seus esforços de desenvolvimento do país e do combate à pobreza.

Quando o governo, ao nível central, se apropria (e inscreve) das iniciativas das associações no “âmbito dos seus esforços”, e o Estado se torna indispensável ao nível local através das suas autoridades, estes poderes públicos nada mais fazem senão inventar a sua maneira de fazer política. Como nos lembra Blundo (2000), a política é uma questão de registo do discurso, da palavra e da manipulação. Deste modo, as autoridades locais procuram construir e erguer a sua legitimidade política e administrativa servindo-se das intervenções das associações de jovens.

Como resultado desta engenharia política, aos olhos dos beneficiários, as actividades associativas são apresentadas pelas autoridades locais como sendo iniciativas que se enquadram no dever natural do Estado de assegurar o controlo e sobretudo a assistência destes cidadãos. Se teoricamente e, ao nível das representações, se distingue o que diz respeito ao Estado e o que diz respeito ao sector associativo, na prática, as au-

toridades locais legitimam-se fazendo crer que esta distinção não existe e que ela nunca existiu, seguindo a experiência anterior dos agrupamentos de massas. Está-se perante uma relação cuja natureza ilustra, de certa maneira, a complexidade e a ambiguidade das recomposições e dinâmicas sociopolíticas a nível local. Mais uma vez, e a todo o custo, o Estado (re)inventa uma “engenharia política” para se fazer presente em todos os sítios e sobretudo fazer-se ver por todos.

Como reagem os jovens associados a estas estratégias? À primeira vista, a reacção parece ser de conformidade: é “normal” e “natural” que o Estado faça proveito político. Por outro lado, ao nível do registo discursivo, os dirigentes das associações recorrem ao mesmo “idioma político” propalado pelos governantes e representantes do Estado. Para estes, as suas relações com o Estado e Governo são “pacíficas”, “boas” ou mesmo “porreiras!” e “não há contradições”, visto que as suas acções se enquadram também nos planos do governo em relação à juventude. Assim, o governo e o Estado são “parceiros” porque projectos e actividades realizados por eles procuram também complementar os domínios prioritários da intervenção governamental e do Estado.

À primeira vista, estas verbalizações pronto-a-falar podem sugerir aparências de passividade, de carácter instrumentalizado ou mesmo de ingenuidade dos jovens associados. É preciso ter presente que os jovens de hoje não têm o mesmo sistema de valores e o mesmo quadro de entendimento político. O paradoxo no discurso verbalizado dos jovens associados ilustra que os jovens têm a consciência da sua situação na arena política e sobretudo das motivações que subentendem estas dinâmicas.

Contrariamente a uma instrumentalização e dever de gratidão de certa maneira ingénua do período precedente, na actualidade formula-se uma hipótese de “conformidade estratégica” dos jovens para com os poderes públicos. É uma conformidade e reconhecimento ao mesmo tempo desejosa de “paz” e uma troca contratual tácita¹⁶: os jovens e suas organizações mostram-se aparentemente maleáveis nas suas relações com o Estado e Partido, comportam-se como seu complemento dócil na condição de serem também considerados e reconhecidos.

Os discursos dos jovens associados evidenciam que estes compreendem bem que a pior coisa que pode acontecer é ter “desgostos”, “impasses” e “contradições” com as autoridades estatais ou partidárias, pois isso pode limitar a realização das suas actividades. Ao contrário, uma boa relação contribui para assegurar a sua legitimidade ou mesmo como garantia da existência das suas organizações. Como se pode inferir, se as condições de transmissão e interiorização da cultura política conhecem actualmente

profundas transformações, também as estratégias dos actores não vão escapar a esta regra imposta pelo contexto.

À Guisa de Conclusão

A análise empreendida permitiu gerar hipóteses que é necessário estudar para a compreensão das dinâmicas políticas no contexto moçambicano. Primeiro, para além de elucidar alguns contornos da relação mantida pelos jovens com o Estado e com o político, o estudo mostra que os jovens na actualidade são uma espécie de charneira, que experimentam mudanças e a tensão de uma transição entre diversos universos de referências, sobretudo de duas culturas políticas diferentes. Os seus discursos sobre a natureza da relação mantida entre os agrupamentos associativos com o sistema político e o campo partidário em particular ilustram que os jovens integraram e interiorizaram uma diversidade de parâmetros e de grelhas de leitura para decifrar e posicionar-se diante da realidade política.

Em segundo lugar, os dados que sobressaem da análise elucidam que o espaço das associações de jovens não é politicamente neutro; é também lugar de confrontação e de produção do político. As associações de jovens precisam de se situar em relação aos poderes públicos para funcionar, ocorrendo interpenetração e mesmo cumplicidade entre o campo político ou mesmo partidário e as associações. Conclui-se igualmente que os actores partidários, em especial a Frelimo que ainda mantém a sua hegemonia no exercício do poder, não está disposta a deixar o campo livre para as associações. O seu desejo de controlo é ainda maior e a sua interferência é notória, pelo menos nas associações que sustentaram esta análise.

Em terceiro lugar, o estudo evidencia que as associações têm necessariamente de manter relações com os actores do campo político e governativo. O contexto em que se inserem obriga as associações a articularem-se cada vez mais com estas instâncias e, em consequência, tenderão mais ou menos a politizar-se. Neste sentido, a auto-suficiência da “sociedade civil” e, neste caso, o antipolitismo indispensável das associações e a sua autonomia em relação a este campo não são mais do que uma ilusão enganosa.

Porém, para uma compreensão aprofundada e holística da problemática da relação dos grupos de jovens com Estado frelimiano e outros actores partidários, umas das várias linhas de análise que ressalta à superfície é o imperativo de se estudar os processos

de construção de identidades políticas entre os jovens no Moçambique pós-colonial. Esta análise, a basear-se nas trajetórias e motivações individuais de escolha de opções político-partidárias, poderá fornecer elementos para complementar o puzzle que este empreendimento reflexivo pretendeu descortinar.

Notas

- ¹⁴ Este argumento é uma hipótese retirada das abordagens relativas à socialização política dos actores sociais, desenvolvido particularmente por Anne Muxel na sua pesquisa sobre os contornos da experiência política realizada em 2002.
- ¹⁵ Entrevista exploratória com membros da Associação Positiva Juvenil. Marracuene, Abril de 2004.
- ¹⁶ Este contrato tácito pode manifestar-se também em renúncia estratégica da prática de uma cidadania politicamente activa.

Referências

- Abrahamsson, H. & Nilsson, A. 1998. *Moçambique em transição. História do desenvolvimento durante o período 1974-1992*. Maputo: CEEI-ISRI/PADRIGU.
- Adam, Y. & Coimbra, H. 1997. Messias modernos procuram novos Lázarus: ONG's em Moçambique – Que parcerias para eliminar a pobreza. In Sogge, D. ed. *Moçambique: perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*. Amsterdam: GOM, 77-96.
- Bayart, J. - F. 1989. *L'Etat en Afrique. La politique du ventre*. Paris: Fayard.
- Bayart, J.-F., Mbembe, A. & Toulabor, C. 1992. La revanche des sociétés africaines. In *Le politique par le bas en Afrique noire. Contributions à une problématique de la démocratie*. Paris: Karthala, 65-106.
- Biza, A. 2004. *Des Jeunes et des Associations au Mozambique: Enjeux et Dynamiques Actuelles*. Paris: IEDS/Université de Paris I – Sorbonne (Mémoire de DEA en Anthropologie et Sociologie Critiques du Développement).
- Blundo, G. 2000. Élus locaux et courtiers en développement au Sénégal. Trajectoires politiques, modes de légitimation et stratégies d'alliance. In Bierschenk, Th.,

Chauveau, J.-P. & Olivier de Sardan, J.-P. *Courtiers en développement. Les villages africains en quête de projets*. Paris: Karthala, 71-100.

Chabal, P. & Dalloz, J.-P. 1999. *L'Afrique est partie! Du désordre comme instrument politique*. Paris: Economica.

Delhoume, C. coord. 2002. Contre-pouvoirs et démocratisation: une étude comparative du rôle des syndicats et des associations dans quatre pays (Algérie, Bosnie-Herzégovine, Mexique, Roumanie). Paris: Université Paris1, CRI/IEDES (Textes de recherche n° 46).

Faure, Y.-A. 1998. Les ONG: de l'action à la recherche, de la compréhension à la banalisation. In Deler, J.-P., Faure, Y.-A., Piveteau, A. & Roca, P.-J. dir. *ONG et développement. Société, économie, politique*. Paris : Karthala, 9-22.

Frelimo. 1976. *Documentos da Oitava Sessão do Comité Central da Frelimo*. Maputo: Departamento de Informação e Propaganda.

Governo de Moçambique. 1994. Programa Quinquenal do Governo – 1994-1999. Maputo.

Governo de Moçambique. 1999. Programa Quinquenal do Governo – 2000-2004. Maputo.

Haubert, M. 2000. L'idéologie de la société civile. In Haubert, Maxime & Rey, Pierre-Philippe. coord. *Les sociétés civiles face au marché. Le changement social dans le monde post colonial*. Paris: Karthala, 13-86.

Houtart, F. dir. 1998. *Les ONG: instruments du néo-libéralisme ou alternatives populaires*. Paris/Montréal: L'Harmattan.

José, A. & Monteiro, A. 1995. *ONG's: faces e contra faces na identidade civil moçambicana*. Maputo: Centro de Estudos Africanos.

Kulipossa, F. Pius. 1997. Sociedade civil, ONG's e boa governação no processo de reformas das relações Estado-sociedade em Moçambique: um quadro teórico, conceptual e empírico para debate. Maputo: Ministério da Administração Estatal/Programa de Reforma dos Órgãos Locais, Texto de discussão n° 2.

Leclerc-Olive, M. 1998. Les citoyens du développement: un exemple malien. In GEMDEV. *La convention de Lomé en questions. Les relations entre les pays d'Afrique, des Caraïbes et du Pacifique (ACP) et l'Union européenne après l'an 2000*. Paris : Karthala, 425-443.

Machel, S. 1980. *Sobre os problemas, função e tarefas da juventude Moçambicana*. 2ª ed. Maputo: INLD/Imprensa Nacional.

Mamdani, M. & Wamba-Dia-Wamba, E. 1997. Mouvements sociaux et démocratie en Afrique. In GEMDEV. *Les avatars de l'Etat en Afrique*. Paris: Karthala, 41-76.

Mbembe, J. A. 1985. *Les Jeunes et l'ordre politique en Afrique noire*. Paris: L'Harmattan.

Monteiro, A. P., Baia, A. & Tajú, G. 1999. *A avaliação das relações de parceria e identificação de necessidades de formação e capacitação das ONG's em Moçambique*. Maputo: CEA/MINEC/FDC.

Muxel, A. 2002. Les contours de l'expérience politique des jeunes. In Danbech, N. & Deljarri, B. *Nous sommes aussi des citoyens! Regard de jeunes sur notre société. Enquête conduite pour la Délégation Interministérielle à l'Insertion des Jeunes*. Paris: Dexia Editions.

Organização da Juventude Moçambicana (OJM). 1977. *Relatório do Secretariado Nacional da OJM à I Conferência da Juventude Moçambicana*. Maputo.

Otayek, R. 2002. 'Vu d'Afrique'. Société civile et démocratie. De l'utilité du regard décentré. *Revue Internationale de Politique Comparée*, vol. 9, 2, 193-212.

Reis, J. & Muiuane, A. Pedro org. 1975. *Datas e Documentos da História da Frelimo*. 2ª ed. Lourenço Marques: Imprensa Nacional.

Rocha, A. 2002. *Associativismo e nativismo em Moçambique – contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano (1900-1940)*. Maputo: Promédia.

Sogge, D. 1997. O sector civil. In Sogge, D. ed. *Moçambique: perspectivas sobre a ajuda e o sector civil*. Amsterdam: GOM, 44-75.

Sopa, A. 2003. *Associativismo em Moçambique. Apontamentos para a sua história*. Comunicação feita no quadro da Reunião Anual da Nova Plataforma da Sociedade Civil, realizada em Maputo de 11 a 14 Fevereiro de 2003.

Touraine, A. 1994. *Qu'est-ce la démocratie?* Paris: Fayard.